

**Atualidade**

22 SET 1985

**Visão da semana:  
os rumos da  
negociação**

O noticiário econômico da semana passada não chegou a trazer grandes novidades. O ministro da Fazenda iniciou nova rodada de entendimentos com os credores, deixando transparecer um otimismo surpreendente, mas que talvez não se concretize em possíveis modificações quanto às condições que o País encontrará para renegociar seus débitos. Internamente, preocupam as notícias de aumento nos impostos, sem que a inflação tenha dado nenhum sinal de reversão na sua tendência de alta.

A primeira aproximação do novo ministro da Fazenda com os credores abriu campo para dúvidas quanto ao real conhecimento de que este dispõe em relação a essa matéria. Seu pronunciamento pautou-se por um tom agradável a determinados grupos nacionais, mas certamente souu ingênuo aos ouvidos dos mais experientes. Houve uma aparente divisão entre os problemas internos e externos, cuja caracterização frustrou aqueles que esperavam um posicionamento mais realista, mesmo porque os resultados que são esperados para este ano não permitem muito otimismo. A inflação difficilmente será inferior a 230%, a expansão da base monetária talvez chegue a 250%, enquanto o déficit do setor público atingirá cerca de Cr\$ 72 trilhões.

Esse quadro agrava-se em face das pressões para recomposição do poder aquisitivo dos salários. Proliferam os movimentos neste sentido, centrados na questão da trimestralidade ou de esquemas análogos de antecipação de reajustes. Na medida em que o governo mostra-se por vezes hesitante em assumir com pulso firme o controle de tais reivindicações, fica mais difícil aguardar uma reversão das expectativas inflacionárias. Os sinais de retomada da atividade econômica tornam-se, assim, precários. É o caso observado na construção civil, cujas vendas aceleram-se mas, a exemplo do que ocorre em outros segmentos, caracterizam muito mais uma antecipação de compras frente à certeza de que os preços permanecerão em alta.

A aceleração inflacionária coloca igualmente em risco as exportações, apesar de alguns técnicos oficiais pensarem o contrário. A medida que se reajustam preços que vinham sendo controlados, crescem as possibilidades de uma explosão dos índices a curto prazo. Neste sentido, de pouca utilidade será a revisão da metodologia dos mesmos, como se cogita no momento, pois os aumentos serão apenas transferidos no tocante à sua efetiva incidência.

Na semana passada, os consumidores depararam-se, surpreendentemente, com novo aumento (média de 10,1%) nos preços dos combustíveis, enquanto o governo, após quase seis meses, reajustava os derivados do trigo, sem alterar substancialmente os subsídios aos moinhos. Para a próxima semana, espera-se um reajuste no açúcar. Em novembro, o governo tentará justificar a necessidade de novos aumentos na carga tributária, incidindo até mesmo sobre a área agropecuária (cogita-se de fazer os proprietários de terra pagar imposto de renda).

Em meio a esse quadro nada animador, as principais cidades da região Centro-Sul viveram nova falta de energia elétrica durante a semana, evidenciando a fragilidade do esquema de distribuição hoje montado. Resta ao governo preencher esta importante lacuna, após ter alocado vultosos recursos na construção de usinas hidrelétricas.

No setor agrícola, afinal se chegou a um acordo entre produtores de laranja e industriais, enquanto as autoridades recomendavam aos consumidores boicotar a carne bovina, para frear sua tendência de alta. Foram finalmente equacionadas as importações de arroz, enquanto na reunião da Organização Internacional do Café repetiam-se os lances já conhecidos dos anos anteriores. Internamente, tudo leva a crer que o governo manterá o dispositivo do contingenciamento das exportações, mesmo porque não teria meios de encontrar outra alternativa nesse momento.